

A COMPLEXA TAREFA DA GESTÃO E DA EDUCAÇÃO NO CÁRCERE

The complex task of management and education in prison

Pablo Bes

Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil/ULBRA. Professor de Pedagogia da CNEC EAD. E-mail: prof.pablobes@gmail.com

RESUMO

A escrita deste artigo surge da pesquisa desenvolvida pelo autor como professor numa turma de educação profissionalizante no Presídio Central do município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que fez com que os olhares na área da gestão e da educação pudessem ocorrer. Este curso se estendeu por um ano e dois meses e atendeu aos jovens adultos (18 a 23 anos), procurando prepará-los para uma profissão e também para a vida após o seu período de privação de liberdade. O objetivo deste é contextualizar o cenário carcerário nacional e suas dificuldades/possibilidades para a Gestão de seus processos e de suas intervenções educativas. Da mesma forma, realizar uma análise reflexiva sobre os balizadores da pedagogia social e a realidade percebida etnograficamente pelo professor durante este período em que realizou a sua pesquisa. Como resultados deste trabalho ressalta-se a importância de que sejam revistos os processos de gestão e reinserção social destes detentos para que se consiga cumprir minimamente com o objetivo de tais instituições prisionais.

Palavras-chave: Gestão contingencial. Pedagogia prisional, identidade, controle, disciplina.

ABSTRACT

The writing of this article arises from the research developed by the author as a teacher in a class of professional education in the Central Prison of the city of Porto Alegre, in Rio Grande do Sul, that made the looks in the area of management and education could occur. This course lasted for one year and two months and attended the young adults (18 to 23 years old), seeking to prepare them for a profession and also for life after their period of deprivation of liberty. The purpose of this is to contextualize the national prison scenario and its difficulties / possibilities for the Management of its processes and its educational interventions. In the same way, to carry out a reflexive analysis on the validators of social pedagogy and the reality ethnographically perceived by the teacher during this period in which he carried out his research. The results of this work highlight the importance of reviewing the management and social reintegration processes of these inmates so that they can be minimally fulfilled with the objective of such prison institutions.

Keywords: Contingency management. Prison pedagogy, identity, control, discipline.

1. INTRODUÇÃO

Existem algumas experiências em nossas vidas que podem ser consideradas únicas ou especiais, que nos desafiam e colocam à prova todo o nosso conhecimento científico e capacidade de adaptação. Penso que cada pessoa possui as suas que irão despontar em algum momento de nossas carreiras. Esta, sem dúvidas foi uma das minhas. Formado em Administração e Pedagogia, pude encarar o desafio de me constituir como professor dentro do Presídio Central de Porto Alegre pelo período de um ano e dois meses. Estabelecimento reconhecido como um dos piores da América Latina, principalmente devido ao fato de se encontrar superlotado, com, no mínimo, o dobro de presos para os quais foi construído e, ainda, com uma galeria a menos que na sua construção original.

Durante este período ministrei inúmeras disciplinas das áreas da administração e gestão empresarial, pois se tratava de um curso preparatório para o trabalho, porém, o que mais se fez foi buscar uma educação para a vida, pois, logo de início percebi que era o que existia de mais precário naqueles dezoito jovens entre 18 e 23 anos de idade.

Esta vivência me proporcionou transformar esta prática em pesquisa, coletando materiais (textos, desenhos, linhas do tempo) produzidos pelos alunos, entrevistando-os em particular e realizando filmagens, o que me possibilitou neste momento a escrita deste artigo em particular. Também me possibilitou realizar inúmeras análises na área da Administração e Gestão, através do envolvimento com a organização de processos internos desta instituição que envolviam direta e indiretamente o campo educacional onde me encontrava inserido.

Ciente da importância da educação social tanto para os professores que atuam no ambiente carcerário como para os próprios gestores, sejam estes civis ou militares, ao mapear todos os aspectos estruturais, os relacionamentos, as rotinas e modos de vida que se encontravam inseridos no presídio questiona-se: existe uma pedagogia atuando dentro do presídio ou é o próprio presídio que atua “educando” sua população mais e mais e reforçando sua participação na vida do crime?

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa surgiu no momento que o autor se depara com a (im)possibilidade de atuar como educador dentro de uma unidade prisional, que coloca a prova todos os seus conhecimentos da área pedagógica e da gestão organizacional. É uma pesquisa qualitativa, pois,

conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 269), “é um método que se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”.

Foi elaborada no intuito de auxiliar na análise dos processos de gestão local e da condução das tarefas educativas, bem como, para cumprir sua finalidade social de resgatar, ou ao menos, oferecer uma nova visão de mundo àqueles jovens adultos encarcerados.

A pesquisa nasce sempre de uma preocupação com alguma questão, ela provém, quase sempre, de uma insatisfação com respostas que já temos, com explicações das quais passamos a duvidar, com desconfortos mais ou menos profundos em relação a crenças que, em algum momento, julgamos inabaláveis. Ela se constitui na inquietação (BUJES, 2002, p.16).

E a pesquisa nasceu fruto desta inquietação conforme e do desafio maior de me deparar com múltiplas possibilidades de escrita em vários caminhos diferentes e ricos para análise. O público sobre o qual a pesquisa foi aplicada refere-se, num primeiro momento a cento e cinquenta jovens adultos (entre dezoito e vinte três anos), dos quais foram selecionados dezoito para compor uma turma de Educação Profissional, mais especificamente para o curso de Assistente Comercial. Por uma questão ética, preserva-se a identidade dos participantes da pesquisa sendo que, quando citados, iremos nos valer de siglas compostas pelas iniciais dos nomes dos mesmos.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: linhas do tempo, desenhos, relatos escritos e entrevistas individuais com os detentos e com alguns gestores, onde pude coletar suas impressões e sentimentos sobre a realidade que ambos vivenciavam. Após essa coleta de dados e sua tabulação, foram feitos cruzamentos com os dados fornecidos pelo INFOPEN, sistema de informações penitenciários do Ministério da Justiça.

Ao deparar-me com o rico material coletado para a análise tive que educar o meu olhar e minha sensibilidade (Bujes, 2002, p.31) e buscar autores dos campos pós-estruturalistas da área da educação, principalmente Michel Foucault e inspiração nas inúmeras ideias de autores pós-modernos que se situam no âmbito dos Estudos Culturais. Também procurei me valer de teóricos dos campos da Administração para contextualizar minhas análises nessa área.

Dessa forma, ao enveredar no campo desta pesquisa - após eleger meus principais conceitos teóricos como sendo a gestão contingencial, o poder disciplinar, normalização, paradigmas e identidade obteve-se a certeza de que “pesquisar é um processo de criação e não de mera constatação. A originalidade da pesquisa está na originalidade do olhar” (COSTA, 2002, p.148). Assim, meus olhares se constituíram e produziram o presente texto.

3. A GESTÃO E A EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: TRIANGULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

3.1 A “cela de aula”

Uma organização prisional seja ela um presídio, com seu caráter transitório ou uma penitenciária, onde se cumprem de fato as penas transitadas em julgado, é considerada como uma organização complexa, que desafia toda e qualquer teoria que se debruce na tentativa de procurar seu planejamento, sua organização, comando, coordenação e controle, como já nos apontava Fayol (1916) nos primórdios da Teoria Clássica da Administração.

Essa complexidade é reforçada pela instabilidade ou incapacidade de previsão de possíveis eventos relacionados à segurança e ao comportamento das pessoas privadas de liberdade que ali habitam, precariedade de suas estruturas e falta de uma condução mais sistêmica de todos os processos envolvidos e os órgãos externos que deveriam prestar apoio a tal organização. Situação esta que se complexifica ainda mais de acordo com o tipo de Gestão sobre a mesma, seja ela feita de forma Direta Governamental, Privatizada, Terceirizada, Concedida ou ainda de Gestão Delegada. Retrato este que se apresenta não somente no presídio onde tal pesquisa foi relatada, mas que se configura no país inteiro.

Podemos arriscar dizer que a Teoria Contingencial seria a mais apropriada para o cenário em questão. Lembramos que Chiavenato (1997) define a contingência como algo incerto ou eventual, que pode suceder ou não. Esta mesma abordagem salienta que os objetivos não poderão ser atingidos de forma eficaz valendo-se de um único modelo ou diretriz aplicável a todas as circunstâncias, mas sim através da análise das variáveis ambientais (internas e externas) antes de agir.

Há um aspecto proativo e não apenas reativo na abordagem contingencial: a administração contingencial pode ser intitulada de abordagem de “se-então” o reconhecimento, diagnóstico e adaptação à situação são fundamentais para abordagem contingencial. Mas não são suficientes. As relações funcionais entre as condições ambientais e as práticas administrativas precisam ser constantemente identificadas e ajustadas. (CHIAVENATO, 2005).

Porém, antes de elegermos ou demarcarmos uma teoria como que pudesse dar conta de bem administrar um estabelecimento público desta natureza, temos que evidenciar que a própria Administração Pública, de forma geral é complexa e “tem uma lógica própria, requerendo o desenvolvimento de técnicas de gestão adequadas, além de uma formação específica para os gestores públicos” (PAULA, 2005, p.47).

Ao entrar no presídio segue-se a rotina diária das visitas e inspeções. Mochila aberta e revistada, notebook somente o autorizado, nada de celular, nada de lanches para depois, balas, chicles, nem pensar. Após a primeira revista da mochila, passagem pelo detector de metais, tirar o cinto (se apitar) e o sapato (de preferência já usar um sem fivela). Entra-se no pátio.

Caminhando uns cinquenta metros o primeiro grande portão de grades grossas e muito bem fechadas, imponente, do lado de dentro dois guardas fortemente armados abrem o mesmo. Entra-se no primeiro bloco, ao caminhar mais uns dez metros, abre-se novas grades (sempre após fechar a anterior), passa-se por estas e se enxerga um corredor comprido dividido ao meio por uma tela de aço onde os detentos podem circular sem ter contato com aquele que entra. Depois de caminhar uns cinquenta metros, nova grade, dessa vez menor, porém fortemente fechada com trancas e cadeados, chega-se até o NEJA (núcleo de educação de jovens adultos) que cede uma sala para que o curso seja realizado.

Abre-se uma nova grade em frente a uma porta de madeira com vigia em vidro, é a sala, ou melhor, a “cela de aula” onde ao entrar a mesma é gradeada por fora e cadeada e o professor ali permanece com seus alunos durante as quatro horas do curso.

Durante este deslocamento os olhares mais presentes são os de rejeição, desprezo e desrespeito pelo trabalho de educador. Afinal, os presos “não merecem”, “são marginais”, “são a escória da sociedade”, “não tem volta” entre outros conselhos que este professor recebe, sobretudo daqueles que desempenham suas funções na segurança do estabelecimento e na condução destes jovens no interior do presídio. “Nunca esqueça onde você está!”, “Nunca esqueça quem são seus alunos!” Foram os avisos mais recebidos durante os primeiros dias de desempenho das atividades educacionais com a turma. Aqui se destaca a inexistência por parte dos gestores de qualquer tipo de ambientação inicial dos profissionais que ali se inserem, o que deveria ser realizado por se revestir de extrema importância.

A privação da liberdade, por si só, é uma das coisas mais terríveis que pode acometer a uma pessoa, acaba por minar sua autoestima e desestruturar toda a sua autoimagem. Os alunos chegavam, nos primeiros meses do curso sentindo-se humilhados, revoltados com o tratamento e com a forma como eram vistos e com as “piadas” que eram submetidos diariamente em suas galerias e nos deslocamentos por terem aceitado realizar este curso profissionalizante. Como os próprios profissionais que se encarregam da gestão direta deste grupo de pessoas possuem uma visão negativa sobre os mesmos, estas questões são constantemente reforçadas. Diariamente a expressão da “construção de um ser humano dócil” (Dreyfus e Rabinow, 1982,

p.135) e os estudos sobre o poder disciplinar de Foucault eram materializados nas ações e nas estruturas locais.

Os esforços constantes em busca de estratégias de controle sobre os encarcerados fazem com que se perceba o esquadramento do tempo, espaços e movimentos no presídio. A rotina apresenta horários e normas rígidas, os deslocamentos possuem rituais onde o corpo deve se habituar (braços cruzados e cabeça baixa), os corredores são demarcados, somente caminham onde presos podem caminhar, afastados de qualquer tipo de aproximação com os visitantes ou demais profissionais do local. Os movimentos devem sempre ser contidos, a voz baixa ou, de preferência omissa. E aqueles que tentam escapar a estes comandos ou codificações estão sujeitos a sanções ou “castigos” materializados através de boletins de ocorrência que acabam por prejudicar o cumprimento da pena dos mesmos. Este mecanismo faz com que os “corpos” acabem por conter a rebeldia e revolta e aceitar o disciplinamento que é imposto.

Michel Foucault ao escrever sua obra *Vigiar e Punir*, afirmou que “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto, não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão. [...] depois de sair da prisão, se tem mais chances que antes de voltar para ela. (FOUCAULT, 1987, p. 196).

Ao refletirmos sobre esta afirmação salientamos com ênfase que a instituição prisional deve ser um local útil e instrumento a ser usado de fato como preconiza nossa Lei de Execução Penal (Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984) quando diz que “é dever do estado prover à pessoa privada de liberdade assistência educacional, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

Mas como promover o retorno à convivência em sociedade se, durante todo o período em que esteve privado de sua liberdade foi reforçado em sua identidade uma marca de bandido, ladrão, marginal e “irrecuperável”?

3.2 O panorama carcerário nacional

Os dados do Sistema Carcerário Nacional são assustadores, principalmente devido ao aumento do número de presos ocorrido nos últimos anos.

Segundo os dados estatísticos mais atuais existentes, no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, de junho de 2014, o Brasil possuía em junho de 2014,

607.731 presos, para 376.669 vagas, ou seja, uma taxa de ocupação de 161%. Isto significa dizer que um espaço projetado para dez pessoas exista dezesseis, o que acaba se tornando um dificultador, pois gera a chamada superlotação. Temos 300 presos para cada 100.000 habitantes no Brasil.

Claro que estes dados abrangem somente aquelas pessoas presas em instituições penais, desconsiderando as prisões domiciliares que, nesta mesma época somavam 147.937 pessoas.

De todo este contingente encarcerado, temos que 41% ainda não possuem condenação judicial, chamados de “presos provisórios” permanecendo presos aguardando que seus processos sejam de fato julgados podendo ser condenados ou, até mesmo, absolvidos.

O próprio relatório organizado pelo Ministério da Justiça afirma em suas primeiras linhas: A situação carcerária é uma das questões mais complexas da realidade social brasileira.

Em números absolutos, o Brasil tem a quarta maior população prisional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. E a variação de sua taxa de aprisionamento tem se modificado muito nos últimos anos. Ao contrário dos demais países citados que decresceram seus índices, o nosso país entre 2008 e 2013 cresceu 33% no número de encarcerados.

A grande maioria das pessoas privadas de liberdade (56%) são considerados jovens adultos de acordo com o Estatuto da Juventude, pois estão entre 18 e 29 anos e os crimes mais recorrentes são o tráfico de drogas, roubo e homicídio. Considerando que muitos destes homicídios e roubos giram em torno das questões envolvendo a drogadição, destaca-se mais ainda a importância de uma educação preventiva desde a infância, durante o período na prisão e uma ação integrada posterior a este período para garantir uma reinserção com eficácia.

Ao comentar sobre este cenário do cárcere nacional e a importância da educação para este público específico, Pereira (2011) comenta:

Ratificamos que educação é um elemento importante no processo de ressocialização do preso, mas é apenas um dos elementos, não significa que seja o principal, pois outras políticas precisam ser construídas a favor deles, a qual lhes garanta os direitos que não terminam porque eles estão presos, pelo contrário. E o Estado como tutor da vida dessas pessoas tem a obrigação dessa garantia, que vai desde a preservação da integridade física, passando pela moral até a psíquica, independente do crime que o preso tenha cometido (PEREIRA, 2011, p.45).

Pouco pode importar um excelente projeto de educação para a vida realizado internamente numa entidade prisional se, ao deixar os muros da prisão, o mesmo encontrará uma sociedade pronta para não aceitá-lo e o enxergando como aquele “outro” ou “anormal” para os padrões impostos. Vem daí a necessidade de uma ação conjunta entre vários setores

como os educacionais, sociais, de assistência entre outros para que isto se efetive. Uma ação de gestão pública tanto interna quanto externa, estrutural e sistêmica.

3.3 Em busca de uma identidade e cidadania

Ao escrevermos sobre a questão da identidade da pessoa privada de liberdade, temos que compreender que, conforme Stuart Hall (2006) nos traz, que o sujeito pós-moderno constrói sua identidade historicamente e que dentro de nós existem identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal forma que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Estas contradições e deslocamentos identitários foram percebidos quando os alunos presos oscilavam entre afirmarem-se como criminosos, mantendo, com isso, certa condição de status no grupo ou como alguém que gostaria de abandonar esta fase da vida de crimes.

Inúmeras vezes, ao escreverem e se depararem com dinâmicas que tratavam deste assunto notou-se esta contradição entre o “bem” e o “mal”. Claro que, podemos afirmar que quase todo o contexto que estavam vivenciando dentro do presídio reforçava a sua identidade a favor deste polo “mal”, associado à criminalidade em suas mais variadas formas.

Percebemos que neste momento os elementos que constituem a cultura organizacional se valem também para reforçar estas identidades. Morgan (1996) salienta que

A estrutura organizacional, regras, políticas, objetivos, missões, descrições de cargos e procedimentos operacionais padronizados desempenham uma função interpretativa... atuam como pontos primários de referência para o modo pelo qual as pessoas pensam e dão sentido aos contextos nos quais trabalham (MORGAN 1996, p.36).

Stuart Hall (2006) ao definir o conceito de identidade nacional, afirma que não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional.

Independente dos tipos de crimes praticados, e acima de quaisquer questões de classe econômica ou étnicas, todos são “ladrões”, “criminosos” ou “bandidos” conforme estes mesmo se autodenominam. Cultura está muito forte e que estabelece códigos e modos de viver aos seus membros ao mesmo tempo em que os polariza e os diferencia das pessoas da sociedade vistas como “boas”.

Podemos afirmar que existe no presídio uma cultura prisional que procura unificar a todos dentro de uma mesma representação. Representação esta entendida como um processo cultural, que estabelece identidades individuais e identidades coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? WOODWARD (2008, p. 17).

Ao constituírem sua identidade de “criminoso” ou “marginal” situam-se no território daqueles que são diferentes em relação às “pessoas boas da sociedade”, o que reforça as ideias de Woodward (2008, p. 49) ao afirmar que elas (as identidades) são constituídas a partir da diferença, pois “elas são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ao ‘forasteiro’ ao outro, isto é, relativamente ao que não é”. Essa visão da pessoa privada de sua liberdade associada como o “outro” segue a lógica proposta por Skliar como aquele “outro” que não queremos ser.

Para Skliar (2004, p. 86)

O outro é um outro que nós não queremos ser, que odiamos e maltratamos, que separamos e isolamos, que profanamos e ultrajamos, mas que utilizamos para fazer de nossa identidade algo mais confiável, mais estável, mais seguro; é um outro que tende a produzir uma sensação de alívio diante unicamente de sua invocação – e também, diante de seu simples desaparecimento; é um jogo – doloroso e trágico, por certo – de presenças e ausências, de luzes e de sombras.

Fica o questionamento, na visão daqueles jovens detentos, capturados na sua grande maioria desde a infância pela criminalidade, quem é este “outro”? Com certeza a resposta aparece em inúmeros de seus depoimentos quando citam principalmente os policiais militares e agentes penitenciários com ódio e representando algo que não querem para si mesmos. São as pessoas encarregadas do poder disciplinar da instituição.

Uma das primeiras intervenções que se faz necessária, neste caso ao desenvolver o projeto educativo neste presídio foi desconstruir, “colocar luz” sobre estes conceitos e procurar maneiras de mudar este olhar por parte dos detentos e, também, por parte de todos aqueles que exerciam suas funções profissionais no presídio, inclusive alguns de seus gestores. Tarefa árdua que se fez através de inúmeras reuniões, almoços e conversas formais e informais com várias pessoas durante este período. Da mesma maneira, os jovens detentos que fizeram o curso sofreram uma pressão dos grupos onde habitavam (galerias) que variaram de ofensas verbais até mesmo a agressões, pois começaram a desviar-se da cultura instituída e mudarem suas formas de pensar (representação) a própria vida e, principalmente seu futuro.

3.4 Andragogia e Educação/ Pedagogia Social

Durante os cursos de Licenciatura que preparam novos professores, inúmeras são as disciplinas no interior das matrizes curriculares que procuram tratar de assuntos relacionados as questões da escolarização inicial e da educação formal, esta que ocorre no interior das escolas, de forma sistemática e institucionalizada. Já, são muito poucas disciplinas que procuram desenvolver seus conteúdos focando os chamados espaços não escolares e as áreas da educação não formal. Da mesma forma, as matrizes curriculares dos cursos de Bacharelado em Administração e dos diversos cursos de Tecnologia Superior na área da Gestão (tecnólogos), sugerem poucas leituras para atuação de seus egressos nestes estabelecimentos prisionais.

Ao trabalhar com adultos, sabemos ser o mais indicado a utilização dos princípios da andragogia para que o processo de aprendizagem ocorra da forma mais coerente e, de fato atinja os seus objetivos. Claro que reconhecemos que o surgimento da andragogia deu-se em contraposição à pedagogia, procurando destinar a esta um campo onde somente abrangesse as crianças e adolescentes. Acreditamos que os administradores destas organizações prisionais também deveriam possuir um conhecimento desta área para poder conduzir suas atividades com este grupo de pessoas.

Um dos precursores da utilização do termo foi o norte-americano Malcom Knowles, o qual, em 1970, passou disseminar as ideias geradas por Eduard C. Lindeman, em 1926, de que a andragogia é a arte e a ciência de orientar os adultos a aprender.

Dentre os princípios andragógicos, destaca-se o deslocamento do sujeito da aprendizagem de dependente para independente. Além disso, os adultos são vistos como indivíduos auto direcionados para aprender. Procuram, dessa forma, ao buscar aprendizado que venha a desenvolver habilidades úteis à sua vida profissional ou social, na hora imediata, não em projeção ao futuro. Sendo que um dos princípios de maior importância na andragogia seria a utilização e o envolvimento das aprendizagens advindas com a experiência acumulada dos alunos ao estabelecerem-se as discussões que envolvem o seu processo de aprendizagem.

Sabemos que nossas vidas são pautadas e direcionadas através de um paradigma ou modelo de vida que possuímos e, através do qual, pensamos, agimos e decidimos, enfim, realizamos nossas escolhas, inclusive, através desta matriz ou rede paradigmática. De acordo com Veiga Neto (2007), o paradigma pode ser visto como algo que funciona como uma imagem de fundo, qual uma imagem de um quebra-cabeça, a partir da qual se vê e se compreende aquilo

que se pode ver e compreender do mundo. Este paradigma vem ao encontro do que Senge (2009) define como modelo mental ao listar suas cinco disciplinas.

Neste momento surge a grande e polêmica questão do desenvolvimento do trabalho do educador e do gestor no ambiente prisional, pois, na maioria das vezes, os adultos encarcerados possuem um modelo de vida construído em cima das experiências que tiveram no decorrer de suas vidas, desde a infância, atrelados a uma vida criminosa, logo, com uma ausência de valores muito grande que os distancia muito de alguém que não teve essas experiências. Poderíamos dizer que seu paradigma de vida é outro, pautado por experiências cruéis aos nossos olhares. Constituído por uma ausência da infância idealizada em nossas mentes e, principalmente, reforçada pelas lógicas do crime, que envolvem características como a desonestidade, falsidade, violência, entre outras.

Uma das maneiras de conseguirmos ter um posicionamento mais assertivo em relação a este contexto onde as pessoas privadas de liberdade se inserem e que nos desafia, é realizar aproximações da chamada Pedagogia Social conhecida no Brasil como educação popular, disseminada pelo trabalho de Paulo Freire. Esta pode ser citada como requisito essencial para atuação de profissionais no interior destes estabelecimentos.

A Pedagogia Social é multidimensional porque está a serviço da humanização das pessoas e ela pode ser usada em várias perspectivas: como “adaptativa” dos sujeitos em constante processo de mudança humana fazendo com que ele adquira sempre uma educação e se transforme nesse processo; como “socializadora” daqueles grupos de pessoas marginalizadas e que não tiveram acesso aos processos de escolarização em tempo adequado; como “formadora” de pessoas para o mundo do trabalho fazendo-as adquirir competências e habilidades profissionais para que possam participar socialmente do mercado de trabalho de maneira digna; como “interventora” dos problemas das comunidades quando forma os indivíduos para atuar diretamente sobre os problemas de sua comunidade, também conhecida como didática social; como “formadora” de pessoas críticas para atuar na dimensão dos movimentos sociais e populares (DÍAZ, 2006, p. 100-103).

Estes paradigmas ou modelos de análise da vida foram percebidos através das linhas do tempo dos alunos, onde foi constatado um grande envolvimento dos mesmos na criminalidade desde a sua infância. Ao serem entrevistados individualmente muitos afirmaram já serem a terceira e, até mesmo a quarta geração da família a ter envolvimento com o crime organizado, mais especificamente com o tráfico de entorpecentes.

Ao me deparar com a primeira disciplina no curso neste estabelecimento prisional, Educação Financeira e Matemática Comercial, procurei preparar um material que fosse interessante, que envolvesse uma prática de sondagem e revisão inicial, começando com as operações básicas da matemática e a tabuada. Nos primeiros minutos de aula, após várias

tentativas sem sucesso em minha verificação destes conceitos sobre a tabuada, um dos alunos levantou a mão e, meio acanhado, pediu para fazer uso da palavra. Achei interessante e consenti. Então o mesmo parou em frente à turma e perguntou:

- Se eu tenho dez pila, quantas petecas dá?

E a turma respondeu?

- Duas

E o aluno voltou a perguntar:

- E se eu tenho 20 quantos fino dá?

E a turma responde:

- Cinco

- E um galo, quantas petecas dá?

- Dez.

(D.A.G. 2015, excerto da pesquisa)

No momento deste diálogo com os colegas pôde-se perceber que o conhecimento matemático da turma existia, porém, intrinsecamente relacionado ao tráfico de drogas, de onde a grande maioria era afiliada e, por essa razão cumpriam suas penas. Em busca dos significados das gírias utilizadas, descobriu-se, em seguida que “peteca” era uma espécie de trouxinha de plástico com cocaína e que o “fino” era um cigarro de maconha. Nesta hora tomou-se a decisão de que não se poderia utilizar a bagagem de experiências que eles tinham acumulado até o momento de suas vidas para reforçar ou estimular o aprendizado, contrapondo a um dos princípios andragógicos tão utilizados com outros públicos adultos anteriormente. Uma vez que, antes de qualquer outra coisa, tinha que fazer com que os alunos tivessem contato com outros modelos de vida que não fossem relacionados ao crime! Como poderia eu, construir junto com o grupo algum tipo de conhecimento baseado nas suas experiências criminosas? Foi decidido que não se poderia e, assim foi feito, procurou-se a utilização de outros recursos que estes também conhecessem e o seu afastamento de qualquer tipo de discussão que reavivasse ou reafirmasse em suas memórias a vida criminosa que os envolvia até aquele momento.

Lindemann (1926) afirma que a fonte de maior valor na educação de adultos é a experiência do aprendiz e, prosseguindo diz que, se educação é vida, vida é educação. Neste caso específico desse público abordado, essas palavras soam de forma incoerente ou inaplicável, pois esqueceu-se de considerar que as vidas se constituem de formas muito diferentes e que, em todos os cenários também se educam e ensinam coisas, sejam para uso do “bem” ou do “mal”.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

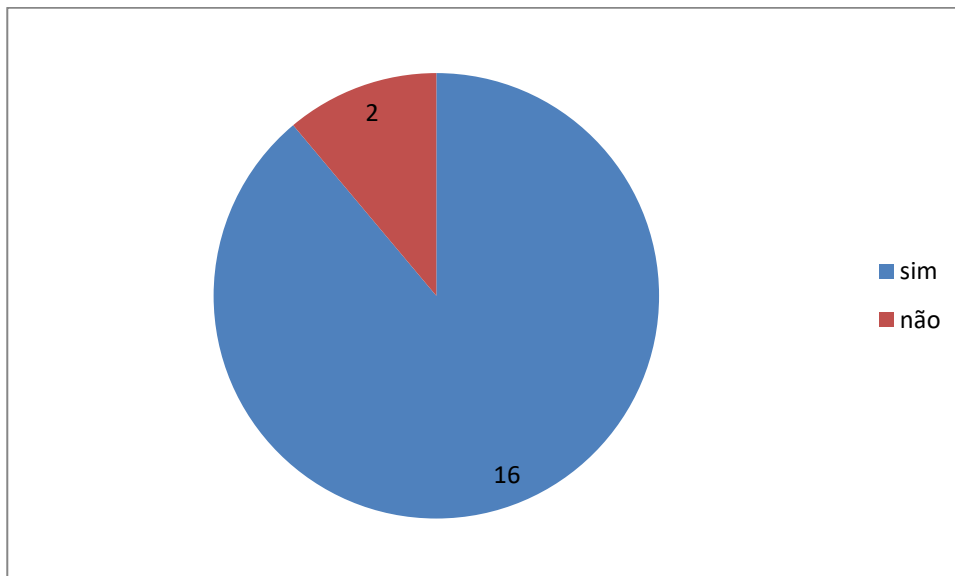
A pesquisa realizada evidenciou que, mesmo havendo um forte interesse por parte dos projetos desenvolvidos dentro de um estabelecimento prisional, procurando preparar estes indivíduos para sua reinserção social, este trabalho é ineficaz, pois seriam necessários que outras estruturas fossem criadas para garantir que sua cidadania e autoestima, bem como os valores que se propõem aos mesmos se efetivassem também fora destes locais.

A gestão utilizada no presídio em questão procurou a todo o momento uma tentativa de prescrição do ambiente interno e previsão de possíveis eventos relacionados à segurança do local com base em seu histórico anterior. Porém, percebeu-se que os fatores externos relacionados ao mundo do crime acabavam por desestabilizar o cenário e faziam, por vezes, “cair por terra” todos os esforços de planejamento anteriores. Estas experiências citadas reforçam ainda mais a ideia de que a Teoria Contingencial deveria ser posta em prática, de forma proativa embora seja evidente a complexidade de colocá-la em prática nesta organização devido a suas características peculiares específicas.

O presidiário, ao terminar sua pena e retornar para sua vida em sociedade, acaba, na grande maioria das vezes, retornando ao mundo do crime, pois não encontra outra forma de continuar conduzindo a sua vida. Ainda mais cruel é perceber que, para garantir sua segurança e sobrevivência dentro do regime carcerário os detentos se obrigam a reforçar ainda mais os laços que possuem com as facções que agenciam o crime em suas localidades, ficando em débito com estas. Débito este que será pago ao retornarem à vida cotidiana fora do cárcere.

No interior do presídio existe uma pedagogia que funciona muito bem, ou seja, o crime procura através de muitas estratégias e artimanhas capturar e manter os seus “soldados” fiéis e produtivos. Estratégias estas que escapam ao controle da gestão local. Fato este evidenciado com os alunos pesquisados, uma vez que todos eram oriundos do tráfico de drogas, de onde tiravam o seu sustento e de seus familiares.

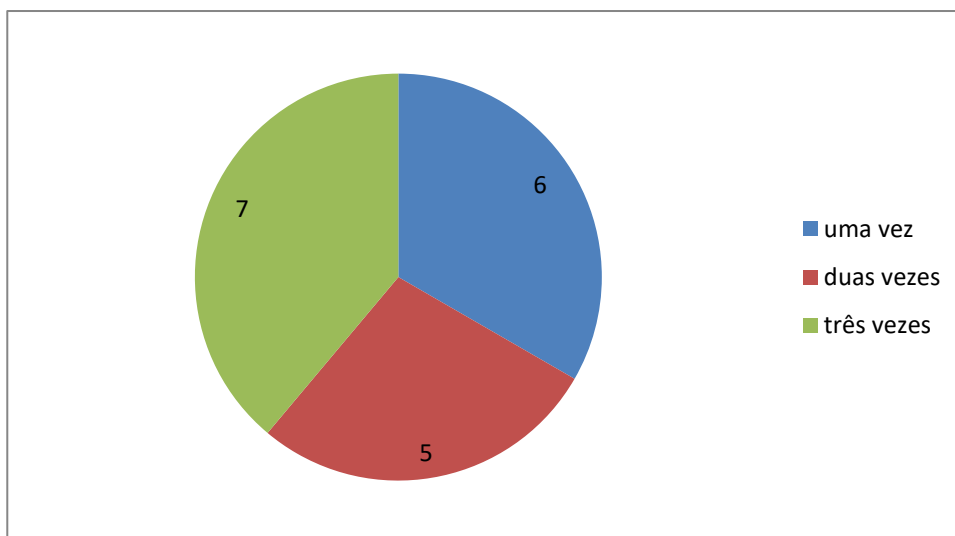
Gráfico 1. Número de jovens da amostra presos antes dos dezoito anos.



Fonte: imagem elaborada pelo autor.

Analisando o gráfico percebemos que para a grande maioria dos jovens para os quais a pesquisa foi realizada (89 %) já haviam sido detidos ainda adolescentes na Fase (Fundação de Atendimento Sócio – Educativo do Rio Grande do Sul) em Porto Alegre, alguns mais de uma vez. O mesmo ocorre com o número de prisões que estes já haviam cumprido

Gráfico 2. Quantidade de prisões individuais dos componentes da amostra.



Fonte: imagem elaborada pelo autor.

O gráfico número dois evidencia como é grande o envolvimento destes jovens com a criminalidade, uma vez que, ainda tão novos cronologicamente, já experienciaram tantas vezes o encarceramento. Percebemos que 67% já estavam cumprindo pena pela segunda ou terceira vez.

A causa do grande número de jovens envolvidos com a criminalidade e, mais especificamente com o uso de drogas se relaciona com os paradigmas associados a suas mentes, que fazem com que ajam, decidam e planejem pela lógica criminoso. Muitos nasceram nessa lógica, alguns na segunda ou terceira geração familiar no mundo do crime, o que faz com que este modelo de vida se naturalize e se coloca em cheque quando outros caminhos são apresentados em sala de aula.

Como, no interior dos presídios e penitenciárias a comercialização e, conseqüentemente o uso de drogas é muito elevado, necessitou-se haver um trabalho conjunto de vários setores, como da educação, saúde, psicologia e assistência social para que pudéssemos resgatar alguns desses jovens. Para essa finalidade, os jovens passavam por um processo de desintoxicação, onde ficavam hospitalizados pelo período de vinte dias, e a sua troca de galeria no presídio para uma galeria considerada “limpa”, ou seja, livre de drogas. A partir daí, começava-se a acreditar que o trabalho de humanização e resgate proposto poderia ter resultados, caso houvesse um acompanhamento no momento que este jovem deixasse o presídio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho destaca que sua análise tratou de uma pesquisa pontual, realizada em um único estabelecimento prisional masculino, com uma amostra que envolve uma faixa etária específica. Este presídio, da mesma forma, possui gestão exclusiva do Estado, sem parcerias público-privadas, o que estabelece as limitações da pesquisa. Como ampliação das possibilidades destes estudos sugere-se que tais olhares sejam redirecionados para um universo maior de estabelecimentos, bem como no interior dos presídios femininos do estado do Rio Grande do Sul e espalhados pelo território brasileiro.

É evidente a urgência e importância que se repense e se reestruture as formas como a reinserção social tem sido proposta no Brasil, bem como a Gestão das Instituições Carcerárias vem sendo realizada. Os projetos sociais existentes nas instituições carcerárias são importantíssimos, porém, não são eficazes neste aspecto, pois tem seu término dentro do período do encarceramento.

As atividades educacionais nestes presídios e penitenciárias são de extrema relevância, uma vez que se acredita que a educação é uma ferramenta muito importante no processo de

humanização destes apenados e auxilia no resgate de valores e autoestima dos mesmos, porém, não deve ser vista com caráter emancipatório desta condição de vida, pois, para que isso ocorresse, deveriam estar envolvidas neste processo inúmeras outras áreas. Ou seja, a solução possível para o problema passa pela busca de um esforço multisetorial que envolvesse aqueles que já se encontrem nesta condição e, ainda mais importante, que prevenisse os fatores do aumento desta população, diretamente ligado ao aumento da criminalidade em nosso país. Ou seja, a gestão deste tipo de organizações deve ser vista sob o ponto de vista estrutural e do engajamento com as políticas de governo mais amplas sobre as quais o país se debruça, como o emprego, saúde, habitação e a própria segurança.

Nas condições atuais em que estes estabelecimentos se encontram, o pedagogo, educador e gestor que nestes locais venham a desenvolver suas atividades devem possuir uma formação diferenciada onde as questões sociais se encontrem solidificadas, onde os princípios da educação popular e da Pedagogia Social se façam presentes.

Da mesma maneira se percebe necessária que nos currículos dos cursos de Licenciaturas e Administração fosse proporcionada uma ênfase maior nestas questões, ou, até mesmo, fossem criados cursos de pós-graduação em Pedagogia Prisional e Gestão Prisional que pudessem habilitar com maior precisão os profissionais da área da educação e da administração.

Da mesma maneira, ao desenvolverem-se este tipo de ações educativas no cárcere, destaca-se como imprescindível a atuação e envolvimento dos inúmeros atores neste universo. Os responsáveis pelas áreas da segurança, assistência social, saúde (médicos, dentistas, psicólogos), os educadores, professores da escola regular e dos inúmeros projetos, os profissionais da área jurídica, o comando (aqui referindo-nos a todos os gestores que atuam no local) e todos os demais profissionais das áreas administrativas, devem estar envolvidos, pois estas ações somente funcionam bem quando são vistas como interdependentes ou sistêmicas. Da mesma forma, as maneiras como estes públicos de alunos são vistos deve ser trabalhada em todos estes setores, não somente no educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Execução Penal, Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984.

BRASIL, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em 10 nov. 2016.

BRASIL, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em 10 nov. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Campus, 2005.

COSTA, M. V. & M. I. E. BUJES. **Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COSTA, M. V. (ORG.) **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DÌAZ, A. **Uma aproximação pedagógica-educação social**. Revista Lusófona de Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, n.7, p. 91 -104, 2006.

FAYOL, H. **General principles of management**. Classics of organization theory, 1916, 2: 15.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 11 ed., 2006.

HALL, S. **The Work of Representation**. In: HALL, S. (Org.). Representation Cultural: Representations and Signifying Practices. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997.

KNOWLES, M. **The Adult Learner: A Neglected Species**. Houston: Gulf, 1973.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINDEMANN, E.C. **The Meaning of Adult Education**, New York: New Republic, 1926.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. RAE - Revista de Administração de Empresas, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 36-49, jan. 2005. ISSN 2178-938X. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37088/35859>>. Acesso em: 09 Dez. 2016.

PEREIRA, A. **A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas**. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011.

SENGE, P.M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. Best Seller, 2009.

SKLIAR, C. **A Materialidade da Morte e o Eufemismo da Tolerância**. Duas Faces, Dentre as Milhões de faces, desse Monstro (Humano) Chamado Racismo. In: _____. Educação do Preconceito: ensaios sobre poder e resistência. Campinas/SP: Editora Alínea, p. 69-90, 2004.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 8 ed., 2008.